



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/10/2025. Publicação: 30/10/2025. Nº 208/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que a resposta da seguradora Sombbrero Seguros S/A (ID 25445355) foi categórica ao afirmar que “qualquer alteração manual em seu conteúdo - incluindo rasuras [...] - invalida a via física do documento”, o que macula de nulidade a aceitação da garantia apresentada pela empresa BIOLAB CLÍNICA E LABORATÓRIO LTDA;

CONSIDERANDO que a resposta da empresa Ecustomize Consultoria em Software S.A. (ID 25446021), provedora do Portal de Compras Públicas, demonstrou de forma inequívoca que a Prefeitura de Jatobá/MA optou por uma configuração do sistema que permitiu o acesso do pregoeiro aos documentos de garantia de proposta, contendo a identificação dos licitantes, em momento anterior à fase de lances, violando o sigilo do certame;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo da Notícia de Fato SIMP nº 008797-509/2025;

RESOLVE converter a Notícia de Fato sobredita em INQUÉRITO CIVIL, nos termos dos artigos 3º, inciso II, e 4º, § 1º, inciso I, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, determinando o seguinte:

1. Que seja autuado o presente expediente, encabeçado por esta Portaria, conforme a Resolução CNMP nº 23/2007;
2. Que seja afixada cópia da presente portaria no local de costume;
3. Que seja solicitado, via e-mail, à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça para a publicação desta Portaria;
4. Que seja expedida RECOMENDAÇÃO ao Prefeito de Jatobá/MA, para que, no uso de seu poder-dever de autotutela administrativa e diante das graves irregularidades apuradas, promova, no prazo de 05 dias corridos, a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025 e de todos os atos contratuais dele decorrentes, tendo em vista os vícios insanáveis que afrontam os princípios da isonomia, da impessoalidade, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de ajuizamento das medidas cabíveis para a responsabilização;
5. Determino ainda que seja enviada a cópia da Recomendação: 01. Ao(s) noticiante(s), para fins de ciência; Ao CAOP-Probidade do MPMA, para fins de ciência; Ao MP junto ao TCE-MA, para fins de ciência; À Biblioteca do MPMA para fins de registro e publicação no diário.

Por fim, autorizo, desde já, a Secretaria desta Promotoria a expedir os atos necessários ao cumprimento desta portaria, devendo constar nos expedientes que as respostas podem ser encaminhadas ao e-mail deste órgão, em formato PDF.

Cumpra-se.

Colinas/MA, data do sistema.

Carlos Allan Da Costa Siqueira
Promotor De Justiça

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALLAN DA COSTA SIQUEIRA, Promotor de Justiça, em 23/10/2025, às 11:51, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

Recomendação nº 10001/2025 - PJCOL

REF. IC SIMP Nº 008797-509/2025.

Recomendação nº 10001/2025 - PJCOL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo Promotor de Justiça que a esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que os artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República, autorizam o Ministério Público a expedir recomendação para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público velar pela fiscalização da probidade administrativa e pela estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos da Administração Pública;

CONSIDERANDO os artigos 10, VIII, e 11, V, da Lei nº 8.429/92, que tipificam como atos de improbidade administrativa, respectivamente, a frustração da licitude de processo licitatório que cause perda patrimonial efetiva e a violação dolosa do caráter concorrencial de certame em ofensa à imparcialidade;

CONSIDERANDO os elementos colhidos no âmbito do Inquérito Civil SIMP nº 008797-509/2025, que apura graves irregularidades no Pregão Eletrônico nº 009/2025, conduzido pela Prefeitura de Jatobá/MA;

CONSIDERANDO que a resposta da seguradora Sombbrero Seguros S/A (ID 25445355) atestou, de forma inequívoca, que “qualquer alteração manual em seu conteúdo - incluindo rasuras [...] - invalida a via física do documento”, o que torna nulo o ato de aceitação da apólice da empresa declarada vencedora, BIOLAB CLÍNICA E LABORATÓRIO LTDA;

CONSIDERANDO que a resposta da empresa Ecustomize Consultoria em Software S.A. (ID 25446021), provedora do Portal de Compras Públicas, demonstrou que a Prefeitura de Jatobá/MA optou deliberadamente por uma configuração do sistema que permitiu o acesso do pregoeiro aos documentos de garantia de proposta em momento anterior à fase de lances, o que não apenas contraria o item 7.19.1 do edital, mas também frustra o sigilo das propostas, viciando irremediavelmente o certame;

CONSIDERANDO que o acesso antecipado do pregoeiro à identidade dos concorrentes viola frontalmente o art. 13 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que assegura o sigilo do conteúdo das propostas até a respectiva abertura. Este vício é insanável e fere de morte os princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 29/10/2025. Publicação: 30/10/2025. Nº 208/2025.

ISSN 2764-8060

CONSIDERANDO que, tendo o pregoeiro conhecimento prévio de quem eram os licitantes, a condução subsequente do certame apresenta fortes elementos de direcionamento para favorecer a empresa BIOLAB CLÍNICA E LABORATÓRIO LTD;

CONSIDERANDO que o edital contém uma contradição, pois o item 7.2.1 exigia a apresentação da garantia de proposta (um documento intrinsecamente nominal, como a apólice de seguro), e, ao mesmo tempo, o item 7.19.1 proibia "qualquer elemento que possa identificar a licitante", sob pena de desclassificação;

CONSIDERANDO que o pregoeiro utilizou essa contradição para desclassificar sumariamente três das quatro empresas participantes (MEDIMAGEM, CMT SERVIÇOS MÉDICOS e MAT SERVICOS). A justificativa foi a violação do sigilo (item 7.19.1), pois as apólices de seguro-garantia, validamente emitidas, continham a identificação das empresas;

CONSIDERANDO que, em flagrante contradição e quebra de isonomia, o pregoeiro aceitou a apólice da única empresa remanescente, a BIOLAB, que, para "cumprir" o item 7.19.1, apresentou um documento com "rasura manual à caneta, ocultando a identificação". Nas contrarrazões, a própria BIOLAB admite que "optou por rasurar ou ocultar manualmente sua identificação na apólice";

CONSIDERANDO que a Administração puniu as empresas que apresentaram documentos íntegros e premiou a que apresentou documento adulterado;

CONSIDERANDO que a empresa BIOLAB parece ter utilizado o CNPJ de uma filial (35.805.487/0008-30) para a proposta, mas apresentou Atestado de Capacidade Técnica em nome da matriz (35.805.487/0001-64), violando o item 9.6 do edital, que exige que todos os documentos pertençam ao mesmo CNPJ (matriz ou filial);

CONSIDERANDO que o atestado de capacidade técnica apresentado pela BIOLAB (emitido pela EMSERH) descreve "Prestação de serviços especializados de Clínica Médica para atender a área de Diagnóstico Médico por Imagem". Porém, o objeto do edital era substancialmente mais amplo, exigindo "interpretação e emissão de laudos", "mão de obra para supervisão" e "fornecimento de insumos", parcelas que não estariam comprovadas no atestado;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu Promotor de Justiça signatário, titular da Promotoria de Justiça de Colinas-MA, com atribuição na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, RESOLVE RECOMENDAR AO PREFEITO DE JATOBÁ/MA:

1. Que, fazendo uso do princípio da autotutela administrativa e diante dos vícios insanáveis de legalidade e impessoalidade apurados, ANULE o Pregão Eletrônico nº 009/2025, bem como todos os atos e contratos dele decorrentes, no prazo de até 05 dias corridos;

Fixo o prazo de 10 dias para o envio da documentação comprobatória do cumprimento integral desta recomendação, sob pena da propositura das medidas legais cabíveis.

Por fim, determino seja enviada cópia desta recomendação:

01. Ao(s) noticiante(s), para fins de ciência;
02. Ao CAOP-Probidade do MPMA, para fins de ciência;
03. Ao MP junto ao TCE-MA, para fins de ciência e providências;
04. À Biblioteca do MPMA para fins de registro e publicação no diário.

Cumprido salientar que o Ministério Público Estadual se encontra à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos quanto ao assunto objeto da presente recomendação.

Cumpra-se.

Colinas-MA, data do sistema.

Carlos Allan Da Costa Siqueira
Promotor De Justiça

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALLAN DA COSTA SIQUEIRA, Promotor de Justiça, em 23/10/2025, às 15:23, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.

ESTREITO

Portaria nº 10029/2025 - 2ªPJEST
PORTARIA SIMP 1012-268/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio da Promotora de Justiça Aline Silva Albuquerque, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e o art. 26, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 e seguintes da Constituição Federal, constitui atribuição do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança e ao adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);